



# Privatização e sindicalismo no discurso da Folha de S. Paulo: o pluralismo sob a forma de singularidade construída

## Privatization and sindacalism in the discourse of Folha de S. Paulo: the pluralism as a constructed peculiarity way

Antonio Teixeira de BARROS

Mestre em Comunicação e doutorando  
em Sociologia / UnB.

### RESUMO

*Este trabalho analisa a cobertura jornalística da Folha de S. Paulo sobre o tema privatização e sindicalismo no Brasil, no período de 1990 a 1994, destacando as seguintes questões: a) como a FSP qualifica o discurso sindical; b) quais os argumentos usados pela FSP para refutá-lo; c) qual o lugar do pluralismo de idéias permitido pela FSP ao publicar textos que expressam opiniões contra a privatização, uma vez que o jornal se posiciona claramente a favor da desestatização.*

*Palavras-chave: Privatização. Sindicalismo. Jornal Folha de S. Paulo.*

### ABSTRACT

*This work focuses on the journalistic coverage of "Folha de S. Paulo" concerning the theme privatization and sindacalism in Brazil from 1990 to 1994. The core of interrogations for the research are the following: a) how FSP qualifies the sindical discourse; b) what are the arguments of FSP to refuse it; c) what is the role of pluralism of ideas in journalistic practice of FSP in which refer to sindical opinion against privatization, because Folha's point of view is just the opposite.*

*Keywords: Privatization. Sindicalism. Journal "Folha de S. Paulo".*

## 1. INTRODUÇÃO

**E**ste trabalho tem como objetivo analisar a cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo* (Folha ou FSP de agora em diante) sobre a privatização no Brasil, no período de 1990 a 1994, tendo como recorte a questão sindical. Para tanto, elegemos três questões principais: 1) como a FSP qualifica o discurso sindical sobre a privatização; 2) quais são os argumentos usados pela FSP para refutar esse discurso; 3) qual o lugar do pluralismo de idéias permitido pela Folha ao publicar textos que expressam opiniões contra a desestatização, uma vez que o jornal se posiciona claramente a favor do programa de privatização.

Partimos do pressuposto de que a Folha se destacou, no âmbito da imprensa brasileira de modo geral, como fórum onde o debate sobre a privatização adquiriu um significado de primeira grandeza no cenário nacional. A polêmica referente à questão sindical permeou quase todas as instâncias desse debate, constituindo, portanto, um *corpus* fecundo para a análise do problema mencionado. Por essa razão é que a FSP é visualizada, aqui, como fórum discursivo que obriga múltiplos argumentos; lugar de confronto de interesses distintos, às vezes opiniões simplificadas, dicotomizadas; às vezes argumentos pluralizados e multifacetados, transitando entre as diferenças e semelhanças; contradições e conjunções de discursos. A opção pela análise da cobertura jornalística da Folha justifica-se ainda pelo:

- seu perfil atual, enquanto um dos principais jornais brasileiros de grande circulação;
- seu projeto editorial (*Folha de S. Paulo*, 1992), pelo qual a FSP propõe-se a realizar um jornalismo apartidário, pluralista, crítico e moderno, defendendo, entre outros princípios, a democracia, a economia de mercado e promovendo o debate sobre os problemas sociais relacionados com o subdesenvolvimento. Logo, a desestatização pode ser considerada um tema de importância capital para a sua atuação jornalística no referido período;
- seu desempenho editorial nos últimos anos, o qual contribuiu para lhe conferir atributos como: “o jornal que mais vende”, “o melhor, o mais independente, o mais importante e o mais apreciado jornal brasileiro”, destacando-se ainda em relação aos demais pelos itens “combatividade”, “imparcialidade”, “clareza”, “apresentação gráfica” e “democracia editorial”.<sup>1</sup>

(1) A.L.C.R. NOVELLI. *O Projeto Folhas e a negação do quarto poder*. Dissertação de Mestrado, p. 158-159.



Privatização e sindicalismo ...

O enfoque específico sobre privatização e sindicalismo deve-se ao fato de que, ao longo da análise sobre a cobertura relativa à privatização em termos gerais, observamos que a FSP dedicou atenção especial aos argumentos apresentados por sindicalistas, sobretudo com o intuito de combater as idéias consideradas pelo jornal “retrogradadas”, “arcaicas”. Muitas vezes, veementemente, os editoriais apontavam as opiniões dos “inimigos da privatização” como um dos principais obstáculos ao avanço do Programa Nacional de Desestatização (PND).

O período compreendido entre 1990 e 1994 foi escolhido pelo fato de que a tônica à questão da desestatização iniciou-se durante o governo Collor, em 1990, seguindo a tendência do mundo desenvolvido. Aliás, o jornal *Financial Times* (1994), em um *survey* especial de seis páginas sobre o Brasil, destaca o início da desestatização no país como o principal legado positivo da gestão Collor de Melo. Com o governo Itamar Franco, o PND tomou rumos diferentes, porém, o debate sobre o assunto continuou acirrado.

## 2. COMO A FSP QUALIFICA O DISCURSO SINDICAL

As organizações sindicais, a FSP confere papel de destaque, ao longo do debate sobre a desestatização, no âmbito do “discurso contra” a execução do PND. A parte opinativa - editoriais, artigos de articulistas e textos de autor constituem o principal fórum para a discussão de temas próprios do comportamento sindical e exposição de idéias por parte de lideranças da CUT, CGT e Força Sindical, por meio de artigos assinados. Os editoriais e artigos de articulistas, por sua vez, sempre se referem às idéias geradas no âmbito dos movimentos trabalhistas, seja como tema principal ou como elemento subjacente ao debate nacional acerca da questão.

Os textos noticiosos, além de ressaltarem os casos de lideranças e de organizações específicas que defendem a privatização, enfatizam os momentos em que as organizações sindicais tornam-se protagonistas de manifestações e protestos contra o PND, sobretudo nos primeiros leilões, a exemplo da venda da Usiminas. A cobertura sobre o cancelamento da primeira tentativa de leiloar esta empresa, em setembro de 1991, recebe a vinheta “ofensiva do atraso”. A principal causa da suspensão do evento foram os problemas jurídicos. Entretanto, as edições da FSP desse período registram principalmente as manifestações trabalhistas. As cenas de tumulto e violência são amplamente documentadas em fotos, cujas legendas certificam fatos como:

Antonio Teixeira de BARROS

- “Manifestantes da CUT protestam contra a privatização”;
- “Investidor tem terno sujo por ovo atirado por manifestante”;
- “Floris, presidente do Banco Liberal, cai no chão ao ser atingido por mastros e ovos”;
- “Manifestantes impedem a entrada de participante do leilão”;
- “Fotógrafo Eraldo Plates depois de ser atingido por um tiro”;
- “Opositores da privatização da Usiminas agitam a bandeira nacional para soldado da PM”;
- “Polícia agride manifestante no início da pancadaria diante da Bolsa de Valores do Rio”.

As manchetes, títulos, entretítulos, subtítulos e os próprios textos anunciam:

- “Usiminas vai a leilão sob tensão no Rio - bomba explode em frente à Bolsa carioca e CUT promove nova manifestação diante de forte esquema policial”;
- “Investidores recebidos com chutes e ovos - uma pessoa foi ferida por tiro durante manifestação de militantes contra a privatização da empresa estatal”;
- “Collor diz que vai punir ‘baderneiros’: ... o porta-voz do Palácio do Planalto (...) responsabilizou a CUT e o PT pelos incidentes ocorridos”;
- “... sindicalistas contrários à privatização (...) promoviam um cerco à Bolsa do Rio, despejando ovos e águas nos interessados em participar do leilão”;
- “Protesto vira choque e deixa 80 feridos - tentativa dos manifestantes de romper área delimitada para o protesto pela PM deu início à violência”.

Nos textos opinativos, o sindicalismo é posto em xeque quanto ao seu papel ao longo do processo de desestatização:

“É doloroso constatar que o máximo que o movimento sindical fez até agora não foi além do lamentável pontapé nos fundilhos de um investidor ou da aceitação (corporativista) de ações a preços subsidiados para os empregados das empresas privatizadas - algo como migalhas que caem da mesa do banquete”.<sup>2</sup>

---

(2) Folha de S.Paulo, artigo assinado: Quem vai pagar a dívida social, 16.6.92.

Privatização e sindicalismo ...

Nos editoriais do período, a FSP declara que os sindicalistas agiram “movidos por interesses corporativistas e um estatismo anacrônico”.<sup>3</sup> Mais contundente, o editorial *Vitória do Atraso*, de 25.9.91, afirma que “uma mescla de desígnios políticos paroquiais, propósitos corporativistas mesquinhos e intentos estatistas anacrônicos conseguiu (...) abortar aquele que seria o passo inaugural do processo de privatização no Brasil”.

A inclusão nos processos privatizantes de participações acionárias para os trabalhadores das empresas vendidas em nome das organizações sindicais constitui outro elemento básico da cobertura da FSP, relativa a esse tópico. Se algumas opiniões encaram esse fato como democratização do acesso ao patrimônio público privatizado, para outros, porém, tal medida pode representar o início de uma nova forma de corporativismo, o que “dificultaria a materialização de todos os benefícios esperados pela privatização”.<sup>4</sup>

O caso dos fundos de pensão, cuja participação marcou grande parte dos leilões realizados, é outro ponto polêmico, pois são identificados pelos críticos dessa prática como “áreas privilegiadas, onde se agrupa reduzido número de trabalhadores, beneficiados por subsídios do Estado que são tão mais injustos quanto mais se conhece a situação de penúria do grosso da população. Além disso, há uma clara e indevida ingerência do governo na gestão destes fundos”.<sup>5</sup>

A privatização da CSN, quanto a esse aspecto, mereceu atenção especial da Folha porque contou com alto índice de participação dos funcionários. Entretanto, escreve um dos articulistas que “quem pretende vislumbrar sentido social nessa participação de trabalhadores no capital da CSN, que não se iluda. Foi uma solução corporativista e pouco transparente, que transformou os trabalhadores (...) em massa de manobra de uma das mais atrevidas (...) operações de *lobby* dos últimos anos”.<sup>6</sup>

O articulista prossegue seu raciocínio argumentando que a CSN era uma companhia deficitária, fato para o qual os seus trabalhadores também contribuíram, sem que conste iniciativa alguma, no âmbito trabalhista, em busca de eficiência e produtividade. Todo o empenho foi dirigido para a “defesa cerrada e monocórdica da estabilidade de emprego”. Portanto, “haveria sentido social, se a possibilidade de participação no capital e os ganhos decorrentes da futura valorização das ações fossem apropriados pelo conjunto de trabalhadores e contribuintes - que ajudaram a financiar os déficits da CSN”.<sup>7</sup>

(3) *Folha de S. Paulo*, artigo assinado: Derrota do Atraso, 16.8.91.

(4) *Folha de S. Paulo*, artigo assinado: Um decálogo para a privatização, 26.11.92.

(5) *Folha de S. Paulo*, artigo assinado: Acesita: pontos para reflexão, 18.11.92.

(6) *Folha de S. Paulo*, artigo assinado: Privatização e corporativismo, 23.4.93.

(7) *Idem*.

### 3. ARGUMENTOS USADOS PARA REFUTAR O DISCURSO SINDICAL

#### 3.1. Os “inimigos” da privatização

A Folha qualifica as entidades sindicais e seus representantes como:

- “araautos da xenofobia”;
- “órfãos do gigantismo estatal e do nacionalismo”;
- “vozes do atraso”;
- “interesses corporativos e retrógrados”;
- “obtusidade política”;
- “minoría atuante e retrógrada”.

Tanto nos textos de opinião, como nos noticiosos, o jornal nomeia esses “inimigos”. Na área sindical, destaca-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Outras, como a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Força Sindical, também são mencionadas constantemente. São as matrizes do ideário corporativista considerado pelo jornal como antiquado. O movimento estudantil figura como estrutura de apoio, orientando seu discurso e seus atos para reforçar a repercussão dos protestos sindicais contra a privatização. A União Nacional dos Estudantes (UNE) e as uniões estaduais e municipais são citadas, quase sempre, como coadjuvantes dos atos e manifestações protagonizadas pela CUT. Isso torna-se mais explícito durante os períodos de cobertura dos leilões. O primeiro a ser realizado, o da Usiminas, em outubro de 1991, é profícuo em exemplos como os que se seguem:

- “Usiminas vai a leilão sob tensão no Rio - bomba explode em frente à Bolsa carioca e CUT promove nova manifestação diante de forte esquema policial”;
- “... houve calma até 12h30, quando o dirigente da CUT (...) incentivou os manifestantes a invadirem a área em frente à Bolsa de Valores do Rio que fora isolada pela Polícia (...). Do alto do caminhão de som da CUT ele convocou os ‘trabalhadores’ (grifo original) a se concentrarem em frente à cerca”;
- “CUT aponta autor da agressão a empresário no leilão da Usiminas”;
- “Sindicalistas se unem contra a privatização”;

Privatização e sindicalismo ...

- “A Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e representantes da Força Sindical traçaram (...) uma estratégia de resistência à privatização da Usiminas.”;
- “... havia na praça sindicalistas da CUT e CGT, estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) ...”;

O editorial *Vitória do Atraso*<sup>8</sup> assevera que

“os lamentáveis episódios que marcaram o cancelamento do leilão da Usiminas, com hordas de manifestantes instrumentalizados pela CUT impedindo o acesso à Bolsa de Valores do Rio e agredindo seu presidente, por tudo que evidenciaram de intolerância, primitivismo e virulência, não podem ser encarados como fortuitos. Serviram como um complemento estético brutal, é certo, mas perfeitamente adequado a uma teia de interesses parasitários que ninguém tem dúvidas, se alimenta do subdesenvolvimento, vegeta às custas (sic) das facilidades do Estado e por isso se insurge, com desespero e contumácia, diante de qualquer tentativa de cunho reformista.”

Quanto ao leilão da Cosipa, a Folha denuncia que

“cerca de uma centena de membros da UNE (...), UBES (...) e das centrais sindicais CUT e CGT não hesitaram em recorrer à agressão e entrar em confronto com a polícia para tumultuar a venda, resultando em 22 feridos”.<sup>9</sup>

Os partidos de esquerda aparecem constantemente como aliados das organizações sindicais no combate ao PND:

- “PDT adia ato no Rio contra privatização da Usiminas”;
- “O PDT (...) decidiu adiar o comício contra a privatização da Usiminas”;
- “... o PT vinha conseguindo obstruir a votação da MP 299 no Congresso”;
- “PT e PDT prometiam (...) caso não fosse possível manter a obstrução da votação, tentar inverter a pauta”;
- “... o PDT ingressou com uma ação cautelar (...) contra o uso de títulos da dívida externa especificamente na venda da Usiminas”.

(8) Folha de S. Paulo, editorial *Vitória do atraso*, 25.9.91.

(9) Folha de S. Paulo, editorial *Uma a menos*, 23.8.93.

Antonio Teixeira de BARROS

A atuação do PDT é destacada mais em função das declarações de seu líder nacional, o então governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, não só por ocasião do processo de desestatização da Usiminas, mas ao longo dos vários anos em exame. O empenho da referida autoridade para adiar o leilão da CSN é qualificado no discurso da Folha como tentativa não de “interromper o programa de privatização”, mas também de “desvirtuar seu próprio significado”.<sup>10</sup>

A Frente Parlamentar Nacionalista, formada por componentes do PSB e do PDT, presidida pelo deputado federal Miguel Arraes (PSB-PE), é citada como uma das “inimigas” da desestatização, sob o rótulo de nacionalista, por ter atuado como antagonista ao PND. Por ocasião dos preparativos do leilão da Acesita, por exemplo, os parlamentares encaminharam um pedido de suspensão do leilão ao presidente Itamar Franco. A Frente, segundo o jornal, agiu dessa forma com o intuito de retardar o PND, à espera de uma revisão de seus princípios e critérios, como defendera o próprio presidente da República.

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), além de emitir opinião no jornal, por meio de artigos de seus membros, também é incluída no rol dos “inimigos”, pois “se recusa a admitir que, ao Estado brasileiro, é impossível

manter suas atividades na produção econômica sob pena de abrir mão de seus compromissos na área social”.<sup>11</sup>

“

*A direita também é qualificada como inimiga da privatização.*

”

Às vezes, a direita também é qualificada como inimiga da privatização, pois, para a Folha, na guerra pelo controle da política econômica, estão as “caricaturas deploráveis de uma “esquerda” e de uma “direita”, ressaltando que tal disputa serve antes para desacreditar o governo do que para fortalecê-lo, além de agravar o “efeito desorganizador sobre a economia”.<sup>12</sup>

Entre os segmentos direitistas, à extrema direita atribui-se papel preponderante, como asseguram textos referentes à cobertura do leilão da Usiminas:

“O movimento contrário à privatização reunirá, numa manifestação em frente à Bolsa, militantes de esquerda vinculados à CUT e até mesmo de extrema direita, como os ligados ao Partido Nacionalista Brasileiro, que congrega neonazistas” (grifo nosso).

Conforme o enfoque da FSP, além de “terem perdido definitivamente o senso do ridículo”, esses agentes estabelecem uma espécie de pacto “temperado no desespero geral, na ótica enviesada de lideranças políticas e sindicais e na

(10) Folha de S. Paulo, editorial Privatização às avessas, 11.1.292.

(11) Folha de S. Paulo, artigo assinado: Insidia e corporativismo, 8.8.92.

(12) Folha de S. Paulo, editorial O efeito Itamar, 16.12.92.

Privatização e sindicalismo ...

absoluta falta de autocritica de militantes mal-informados para conduzir este país ao Quarto Mundo”.<sup>13</sup> A Folha admite que “os grupos que preferem manter-se cegos” têm o direito de defender suas idéias, “sem dúvida”. Porém, “o que é inaceitável (...) é que recorram à violência e à brutalidade numa tosca tentativa de impor suas visões”.

### 3.2. Os benefícios da privatização para a implementação da cidadania

Apesar de o enfoque ser eminentemente econômico, a Folha, ao recorrer, constantemente, ao “discurso de fundo” sobre as vantagens da desestatização, ressalta paralelamente as vantagens econômicas, os benefícios sociais, pondo como centro de seus argumentos a problemática da cidadania.

Na opinião empresarial - a qual converge com o ponto de vista da Folha -, que se exprime sobretudo em textos das seções *Tendências/Debates e Opinião Econômica*, a privatização é mencionada como um processo social, tendo como função básica “promover a transição do paternalismo estatal à cidadania plena”. Isso porque contribuirá para superar a concepção de que o Estado existe como algo separado do corpo social. Ao restringir seu campo de atuação às suas atribuições essenciais como saúde, educação e segurança, submete-se à atuação estatal as necessidades da sociedade civil, moldando-a “à imagem e semelhança desta”.<sup>14</sup>

Com esse discurso, instaura-se o pressuposto de que o setor público, tal qual se apresenta, tornou-se incapaz de atender satisfatoriamente aos interesses coletivos. Daí a razão de emergência de um grande número de organizações não-governamentais (ONGs), apontadas como “capazes de satisfazer as necessidades da nação de maneira muito mais eficaz e eficiente”.<sup>15</sup>

A privatização, portanto, segundo esse raciocínio, ao resultar na retirada do Estado do setor produtivo, permitindo investir em funções básicas, é designada como algo que permitirá colocar o Estado a serviço da sociedade civil, “instituindo a disciplina, impondo o respeito e gerando a confiança entre os integrantes do corpo social...”.<sup>16</sup>

(13) Folha de S. Paulo, artigo assinado: Burrice ou má intenção, 26.9.91.

(14) Folha de S. Paulo, artigo assinado: Papel do Estado, o elo perdido em 68, 18.10.93.

(15) Idem.

(16) Idem.

Em seus editoriais, a Folha denuncia, com veemência, as “aberrações do setor público” e suas implicações para a erosão da cidadania brasileira. Declara que as estatais representam, no contexto atual, “uma casta à parte na economia brasileira, mantendo-se à margem dos esforços de contenção e racionalização. Os fundos de pensão para funcionários dessas empresas são comparados a “um ralo para o dinheiro do contribuinte”. Apoiando-se em estudo do Ministério do Planejamento, a Folha cita que as estatais transfeririam US\$ 3,7 bilhões para esses fundos, de modo irregular, no período de 1986 a 1992. Polêmica à parte, disserta o jornal, “é sem dúvida imoral que a coletividade tenha de sustentar a aposentadoria privilegiada de apenas uma pequena casta de beneficiados”.

O argumento da necessidade urgente de desestatização é reafirmado em nome da cidadania, haja vista que “a privatização, de fato, elimina o problema pela raiz, evitando novos ataques ao bolso do cidadão”. Isso porque a lógica do estatismo é qualificada como administrativamente incoerente, descontínua e vulnerável ao corporativismo. “É uma lógica onerosa ao cidadão que só pode ser vencida com a privatização”.<sup>17</sup>

“

*A Folha denuncia, com veemência, as aberrações do setor público.*

”

A principal decorrência do “enxugamento da máquina estatal”, portanto, seria a eficiência na prestação de serviços sociais básicos à população. Eficiência no serviço público significa “que o dinheiro de cada um de nós não vai ser gasto para financiar os privilégios de alguns poucos em detrimento de muitos”.<sup>18</sup>

Constantemente a FSP toma a defesa dos **contribuintes**, considerando esse termo como sinônimo de **cidadão**. Escreve, por exemplo, que “como é de praxe quando se trata de empreendimentos do tipo administrados pelo setor público, quem acaba punido é o contribuinte”.<sup>19</sup> Este, diz o jornal, é continuamente transformado em “vítima do imobilismo e da procrastinação do setor público”.<sup>20</sup> Prejudicial ainda à cidadania são os “enormes custos sociais decorrentes da ausência de determinação governamental para fazer valer os compromissos em relação à reforma do Estado”.<sup>21</sup>

Muitas vezes, o termo eleitor também é utilizado nos textos que tratam dessa questão, o que se justifica pela relação entre o setor público e seus

(17) Folha de S. Paulo, editorial A pior, 2.2.94.

(18) Folha de S. Paulo, editorial Linha certa, 13.3.94.

(19) Folha de S. Paulo, editorial Privatização da Vasp, 6.9.90.

(20) Folha de S. Paulo, editorial O Estado está nu, 29.5.94.

(21) Folha de S. Paulo, editorial Lentidão injustificável, 17.10.90.

Privatização e sindicalismo ...

gerenciadores, cujos dirigentes são escolhidos pelo voto. Entretanto, na maioria das vezes, debatera a Folha, os administradores, irracionalmente, comprometem as receitas públicas com obras e empreendimentos totalmente descabidos. Tais atitudes resultam em imensas dívidas “que o eleitor não escolheu fazer, mas que o cidadão terá de pagar - cedo ou tarde”.<sup>22</sup> Além disso, frisa o jornal, os recursos que resultam da arrecadação de impostos, em sua grande parte, são aplicados sem que o contribuinte tenha pelo menos o direito de saber, com clareza e precisão, como e em que, pois a maioria das estatais “dedica-se mais à propaganda oficialista que ao dever maior de franquear ao público toda e qualquer informação a seu respeito. Quando acontece de alguns dados tornarem-se conhecidos, entretanto, surpreende sempre a capacidade com que essas empresas ocultam os seus resultados...”.<sup>23</sup>

“  
A maioria das  
estatais dedica-se  
mais à  
propaganda  
oficialista.”

#### 4. O LUGAR DO PLURALISMO NA COBERTURA DA FSP

Uma das razões que nos motivou a optar pelo exame da cobertura da FSP foi o fato de que o pluralismo constitui um dos elementos centrais do Projeto Folhas, como já abordamos na introdução. Ao adotar postura editorial pluralista, a Folha justifica que pretende corresponder às expectativas de uma “sociedade plural, onde são comuns a coexistência de interesses e pontos de vista em conflito. A Folha se propõe a refletir essa pluralidade de pontos de vista e a assegurar o acesso do leitor ao espectro ideológico da sociedade em que vive”.<sup>24</sup>

Ao lado do pluralismo figuram ainda os propósitos de um jornalismo apartidário, crítico e moderno. O apartidarismo, conforme o Projeto Folhas, constitui estratégia de mercado para atingir o maior número possível de leitores e, conseqüentemente, de anunciantes. “Uma opção partidária significa (...) reduzir nosso impacto sobre a opinião pública e autocondenarmo-nos ao isolamento...” O sentido de moderno corresponde a uma proposta concreta de introduzir na discussão pública termos polêmicos, controversos, a fim de colocar em circulação novas idéias, novos enfoques, novas tendências. Crítico porque, além de relatar os fatos, pretende expô-los às críticas: “jornais não existem para adoçar a realidade, mas para mostrá-la à opinião pública de um ponto de vista crítico. Mesmo quando não está opinando nem interpretando, o jornalista deve estar criticando os fatos que noticia ao dissecá-los ...”.<sup>25</sup>

(22) Folha de S. Paulo, editorial Privatizar antes que tarde, 16.9.94.

(23) Folha de S. Paulo, editorial Revelações petrificantes, 25.10.94.

(24) Folha de S. Paulo, Manual Geral da Redação, 1987, p.34.

(25) Idem.

Acerca da questão em análise, especificamente, o que observamos é que, quanto à apresentação do discurso sindical sobre a privatização, no período estudado, constitui, antes de tudo, uma forma de permitir o pluralismo de idéias, um dos pressupostos centrais de seu projeto editorial, mas de acordo com uma estratégia que nós qualificamos como reedição da singularidade construída.

Isso significa que a FSP direcionou seu discurso preferencialmente para

uma tese que induz à conclusão de que, “sem privatização não há solução para o Brasil”. O que podemos observar é que a Folha elaborou tal argumento, expressão de seu ponto de vista, por meio de sua política editorial e empenhou-se em reeditar, ao longo dos cinco anos em exame, os mesmos argumentos.

“  
Jornais não existem  
para adoçar a  
realidade.”

Ademais, o jornal utiliza-se dos próprios textos assinados por representantes e líderes sindicais para fixar o sentido da interpretação folhista. Isso ocorre de duas formas.

A primeira, com o processo de desqualificação do discurso sindical; a segunda pela refutação explícita desse discurso. Ambas concorrem para a afirmação e confirmação do discurso folhista, pelas seguintes razões:

a) ao desqualificar o discurso sindical, atribuindo a eles diversas conotações negativas, como “vozes do atraso”, “arautos da xenofobia”, etc., o jornal, quase que, automaticamente, promove uma campanha em prol dos argumentos favoráveis à desestatização, uma vez que, ao contrário do que ocorre quando se refere ao discurso sindical, a FSP usa apenas atributos positivos quando faz referência a opiniões e argumentos a favor da privatização;

b) ao refutar as teses contrárias ao PND, a Folha utiliza-se de uma retórica que, apesar de simplista e simplificadora, pode constituir mecanismo altamente convincente para seus leitores e para a opinião pública em geral. Isso ocorre, por exemplo, quando a FSP condiciona fenômenos tão almejados pela sociedade, como a modernização econômica e o desenvolvimento do país, ao processo de privatização.

## 5. COMENTÁRIOS FINAIS

Em termos gerais, a cobertura da *Folha de S. Paulo* caracteriza-se pela apresentação de três tipos de discurso: 1) o discurso pró-desestatização; 2) o discurso contrário; 3) o discurso intermediário.

Privatização e sindicalismo ...

Dentre todos os segmentos de opinião analisados, já que o trabalho original não se referia especificamente ao discurso sindical, fazem parte do primeiro tipo o próprio discurso da FSP, expresso sobretudo em seus editoriais, pela opinião empresarial, pela opinião de membros do governo e parte da opinião acadêmica e segmentos da opinião parlamentar. No segundo caso, é que se inclui o discurso sindical, juntamente com a opinião de parlamentares de esquerda, do movimento estudantil e de parte da opinião acadêmica. Já o discurso intermediário é constituído pela opinião de técnicos e especialistas, sobretudo da área econômica, além de segmentos da opinião acadêmica e da opinião parlamentar.

Tanto o discurso a favor como o discurso contrário apresentam características idênticas, a saber: simplificação, redundância e veemência. Por isso, atribuímos a ambos a denominação de discurso polêmico simplificador. Polêmico, porque, *a priori*, qualquer gênero discursivo pode suscitar polêmica. Simplificador porque a oposição de opiniões, nos dois casos em questão, consiste fundamentalmente em estratégia argumentativa para fixar o sentido de cada tendência, ou seja, reforçar uma interpretação determinada. Predomina o discurso parafrásico, ou seja, aquele que consiste em expressar o conteúdo de modos diversificados, à guisa de paráfrase, sem alterar sua essência, isto é, “permite a produção do mesmo sentido sob várias formas”, com base em uma matriz de linguagem.<sup>26</sup>

Quanto ao discurso intermediário, o qual denominamos de **discurso polêmico analítico**, caracteriza-se pela polissemia e pela forma não-dicotômica e não polarizada de argumentar. Por apresentar diversas possibilidades de leitura e interpretação, permite a emergência da diversidade de nuances discursivas, tanto pela exploração das evidências, das dúvidas, das semelhanças e diferenças. Ao contrário do discurso polêmico simplificador, propõe-se mais a analisar as diversas facetas da questão e não em fixar uma determinada interpretação.

No caso específico do discurso sindical, bem como de outros segmentos que questionam a execução do Programa Nacional de Desestatização ou se posicionam claramente contra ele, aparecem nos textos que expressam a opinião da Folha com a conotação de sujeitos que “remam contra a maré”. Simplificam-se todas as suas razões e explicações ao estereótipo de inimigos da privatização”. A diversidade e o pluralismo de opiniões no âmbito do espaço redacional do jornal é permitida, mas limitada, pois, continuamente, editorialistas, articulistas e empresários combatem as opiniões expressas contra a desestatização. Entre os argumentos usados para criticar a

“ A cobertura da Folha caracteriza-se pela apresentação de três tipos de discurso. ”

(26) Eni P. ORLANDI, *Discurso e leitura*, p.20.

postura dos “inimigos”, está o que ao invés de favorecer o debate, tenta cerceá-lo, pois trata de um discurso fechado que estreita a amplitude do problema e descarta quaisquer raciocínios que não se alinham ao ideário que embasa as teses pró-desestatização.

O que concluímos é que tal estratégia foi utilizada para: a) desqualificar o discurso sindical, apresentando-o sempre com nuances e conotações negativas; b) neutralizar os argumentos apresentados pelos líderes sindicais e outros segmentos de opinião que se manifestavam contra o programa de privatização; c) associar o discurso sindical a idéias que expressam valores ultrapassados, a exemplo do ideário nacionalista.

Quanto aos argumentos usados pela FSP a fim de refutar o discurso sindical, o qual defende a manutenção da tutela do Estado nas atividades produtivas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país, destacam-se: a) a apresentação das idéias do setor sindical como cristalização dos símbolos de uma cultura política considerada pela Folha como “arcaica e viciosa”, fundamentada no nacional-estatismo, datada e ultrapassada historicamente pelos novos valores, como o neoliberalismo e as idéias sobre modernidade econômica, para a qual a presença do Estado no setor produtivo constitui obstáculo; b) a ênfase às vantagens sociais que decorrem do processo de privatização, sobretudo a idéia de implementação da cidadania, sob a alegação de que os cidadãos brasileiros pagam um preço muito caro para a manutenção de um Estado “inchado”, “ineficiente”, “corrupto” e incapaz de gerir os bens públicos de forma a proporcionar o bem-estar coletivo, principalmente no que se refere à saúde, educação e segurança.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FINANCIAL TIMES SURVEY: BRAZIL. *Financial Times*. Londres: 26 maio 1994, 6f.
2. FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual Geral da Redação*. São Paulo: 1987.
3. \_\_\_\_\_. *Novo Manual da Redação*. São Paulo: 1992.
4. NOVELLI, A. L. C. R. *O Projeto Folhas e a negação do quarto poder*. Brasília: 1994, 197f. Dissertação Mestrado, UnB.
5. ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.